







Edição - setembro, 2016

# CSB CONCLAMA SINDICATOS A LUTAR CONTRA AS REFORMAS TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

Entre os dias 8 e 10 de setembro, Executiva aprovou em Brasília diretrizes a favor dos direitos trabalhistas, da geração de empregos e do desenvolvimento com justiça social





# A MOBILIZAÇÃO CONTINUA

Após paralisação nacional, servidores conquistam avanços na luta contra o PLP 257, atual PLC 54/2016



#### Página 15

CSB terá primeira festa própria do Dia do Trabalhador, no Memorial da América Latina, em 2017

#### Página 3

Sindicalistas homenageiam Getúlio Vargas no Dia Nacional de Luta em Defesa da CLT

#### Página 15

Central promove Curso de Formação Política e Sindical para dirigentes em novembro

# A Central que fortalece seu sindicato!



# Resoluções da Executiva definem as estratégias de luta da Central

# Quatorze pautas serão a base das ações da Entidade pela retomada do crescimento do Brasil e contra os retrocessos nos direitos

Após três dias de intensos debates em Brasília, saímos da Reunião da Executiva Nacional certos de que a nossa luta é dura, mas armas para combater as injustiças do capital não nos faltam. Os especialistas ligados à Justiça e ao Direito do Trabalho que tivemos a oportunidade de ouvir nas palestras do evento, além dos debates, nos dão conta de que as reformas trabalhista e previdenciária não se sustentam em suas propostas.

Deste trabalho conjunto tiramos uma pauta de resoluções que vão nortear nossa atuação e solidificam nossa batalha contra os retrocessos. A base deste documento está construída em 14 resoluções pautadas na defesa irrestrita dos direitos dos trabalhadores e aliada ao desenvolvimento com justiça social.

Uma de nossas lutas é contra a reforma da Previdência. Apesar das falaciosas interpretações de setores da mídia e do capital para convencer a sociedade de que a Previdência Social está a ponto de "explodir" devido a um déficit bilionário, sabemos que o superávit alcançado pela Seguridade Social supera os R\$ 538 bilhões em dez anos. Só em 2015, chegou a R\$ 24 bilhões segundo a ANFIP.

Reestruturar as fontes de arrecadação da Previdência, por meio da venda dos imóveis do INSS, do combate à sonegação e da cobrança efetiva das empresas com débitos previdenciários que chegam a R\$ 374 bilhões é medida essencial. Por si só estes números já desmentem a tão alardeada necessidade de reforma. Não devemos nos esquecer também do fato de que o sistema financeiro encabeça a reforma da Previdência para aumentar seus lucros obtidos por meio do pagamento da dívida pública, gargalo com o qual o Pais gasta guase 43% do seu orçamento – valor que se aproxima de R\$ 1 trilhão - com o pagamento dos juros de uma dívida que precisa ser auditada para a sobrevivência do Brasil.

Este círculo vicioso é o motor que sustenta o enxugamento do mercado de trabalho e que também pretende encampar a reforma trabalhista, permitindo que a CLT e a Constituição sejam sobrepostas pelos acordos coletivos.

As propostas defendidas pelos bancos e pela CNI pretendem cortar direitos e aumentar os lucros das multinacionais às custas dos trabalhadores.

O mecanismo de diminuição da participação do Estado na economia e atuação constante dos interesses do capital criam um sistema prejudicial de enxugamento do mercado produtivo interno e do mercado de trabalho, gerando um cenário de corte de direitos, desemprego e estagnação que são fatais para a economia brasileira.

A alegação de que o custo do trabalho prejudica nosso sistema econômico é outra artimanha. Na Europa, ele gira em torno de 27 euros por hora. Isso está fora da nossa realidade. Ainda assim, a maioria das nações europeias se mantêm como potências exportadoras. Ou seja, não nos convence mais essa mentira dos lobos do capital.

O caminho para a melhora fiscal do Estado jamais passará pelo corte de direitos. Isso se faz com a ampliação da arrecadação — sem aumento de impostos —, a geração de empregos formais e o consequente aumento da produtividade. Este conjunto de fatores formarão um círculo virtuoso de crescimento, que permitirá a manutenção nos avanços sociais.

O Brasil precisa voltar aos grandes momentos de sua história econômica quando, entre 1930 e 1980, crescíamos a uma taxa média de 7% ao ano, o que nos deu o posto de 8ª economia do mundo. É necessário voltarmos ao período nacional-desenvolvimentista e fortalecermos nosso parque industrial, promovendo um Estado forte, que possibilite a ampliação de direitos trabalhistas e sociais, além do equilíbrio entre o capital e o trabalho. Só assim teremos a construção de um mercado interno pujante, com potencial de alavancar o crescimento do País, com crescente geração e distribuição de renda

Nosso caminho está cheio de desafios, como você verá nesta edição, mas temos coragem e força para seguirmos em frente. O Brasil conta conosco.







#### Expediente

CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS - CSB CNPJ/MF SOB № 09.414.140/0001-80

Diretor-presidente: Antonio Neto • Endereço: Av. Auro Soares de Moura Andrade, 252, cjs. 91 92 - Barra Funda - São Paulo/SP - Brasil - CEP 01156-001 • Tel.: (11) 2384-5705 / 5706

Secretario de Comunicação: Alessandro Rodrigues

Jornal CSB: Edição Setembro/2016 • Tiragem: 50 000 exemplar

- Jornalista Responsável: Alessandro Rodrigues MTb 37.604/SP
- Repórteres: Cintia Santiago MTb 69.548/SP, Luciane Mediato MTb 64.934/SP, Jessamy Kisberi MTb 62.778/SP, Leandro Martins Mtb 39.488\SP, David C. Fugazza Mtb 52.251\SP, Carolina Falconi Mtb 81.623/SP, Bruna Pedroso MTb 63.063/SP e Vanessa Carvalho Elias MTh 75.925/SP
- Projeto Gráfico: In Time Diagramação: Thiago Abrahão
- Fotos: Equipe In Time Edição, Revisão e Produção Gráfica: In Time Comunicação

Tel.: (11) 5080-0670 - www.intimecom.com.b

# Junte-se a nós. Filie-se!

# Com homenagem a Getúlio, CSB une sindicatos em defesa da CLT



### Dia Nacional de Luta mobilizou atos por todo o País e resgatou a memória de Vargas

Diante das ameaças de retrocessos nos direitos dos trabalhadores — assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho desde 1943 —, a CSB promoveu, no mês de agosto, o Dia Nacional de Luta em Defesa da CLT. Em São Paulo, o ato foi realizado no Edifício Getúlio Vargas, sede do Sindpd. Ceará, Minas Gerais e Piauí também realizaram ações nos estados.

Contra a exploração do capital financeiro e a favor de relações trabalhistas justas, o presidente Antonio Neto e dirigentes sindicais de todo o País se reuniram para a plenária na capital paulista. Na ocasião, Neto relembrou a importância histórica do Estado Novo e do sacrifício de Vargas em prol da Nação. Getúlio faleceu no dia 24 de agosto — data escolhida para o evento.

"Este dia representa o suicídio de um homem que morreu para mostrar aos brasileiros que os trabalhadores não podem ser escravos", frisou o presidente.

Alvaro Egea, secretário-geral da CSB, também discorreu sobre a história de Vargas e chamou atenção para o momento político que tende a disseminar as mesmas forças que culminaram no suicídio do político. "Getúlio foi pioneiro nas leis trabalhistas e seu suicídio aconteceu porque as mesmas forças que hoje atuam

para que ocorra o retrocesso trabalhista estavam agindo naquela época", analisou.

Durante o ato, foram ressaltados os números superavitários da Seguridade Social e o prejuízo consistente causado pela dívida pública como argumentos contra as alegações de que as reformas são necessárias para equilibrar as contas públicas do Brasil.

"No período de dez anos, a Seguridade Social teve um superávit de R\$ 538 bilhões. O principal problema do País hoje não é a Previdência, é a dívida pública que compromete 43% do orçamento da União", esclareceu Antonio Neto.

#### MOBILIZAÇÃO PELO BRASIL

Para reforçar o movimento em defesa dos trabalhadores, dirigentes da CSB realizaram atividades em Fortaleza (CE) e Juiz de Fora (MG). Na capital cearense, militantes prestaram homenagens ao patrono da CLT com faixas na Praça dos Voluntários. "Estamos aqui ao lado do busto do Getúlio Vargas para dizer 'não' àqueles que querem rasgar a CLT", enfatizou Francisco Moura, vice-presidente da Central.

Em Juiz de Fora, a mobilização foi comandada por Cosme Nogueira, secretário de Formação Sindical da CSB. Segundo o dirigente, a manifestação foi para mostrar que "está em marcha no País uma campanha que pressiona o Governo Federal a dar prioridade a uma pauta empresarial". "Nós, sindicalistas, não podemos aceitar isso", disse Nogueira.

Já no Piauí, debates sobre a CLT e o PLC 54/2016 (antigo PLP 257) foram promovidos a fim de conscientizar os cidadãos a respeito da importância da união da classe trabalhadora.

#### HOMENAGEM AO "PAI DO POVO"

No mesmo dia do Ato Nacional, flores foram depositadas no busto de Getúlio Vargas, localizado na entrada da sede do Sindpd, como homenagem ao presidente morto há 62 anos. O tributo simbolizou a gratidão e o respeito pelo legado do líder político e do povo, que deixou a vida para entrar na história.



Dirigentes sindicais se reúnem em São Paulo para o Dia Nacional de Luta em Defesa da CLT

































# Executiva Nacional promove campanha trabalhistas e previdenciários

Resoluções aprovadas durante evento da Central em Brasília defendem a geração de empregos e resistência às reformas prejudiciais à classe operária



Reunida para três dias de intenso debate sobre as principais pautas da conjuntura política e econômica brasileira, a Diretoria Executiva da CSB lançou, em setembro, uma ampla campanha contra as propostas de reformas previdenciárias e trabalhistas no País. No encontro, que aconteceu em Brasília, 14 resoluções a favor da geração de empregos e dos direitos dos trabalhadores foram aprovadas após as palestras de juristas, especialistas e autoridades, como o ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira.

Em meio a um cenário econômico sobrecarregado por uma taxa de juros de 14,25% ao ano e inflação acumulada em 8,97% — conforme últimos dados do IBGE —, os sindicalistas levantaram a bandeira de intensificar políticas de formalização do trabalho, valorização do salário mínimo e proteção ao Sistema de Seguridade Social como ações fundamentais à promoção e manutenção da qualidade de vida e dignidade dos trabalhadores.

De acordo com o documento aprovado, o corte de direitos não promove a geração de empregos e distribuição de renda, e "o custo do trabalho não é o responsável por problemas de competitividade da economia". Para a CSB, grande parte das dificuldades nevrálgicas do País é "motivada pela dívida pública" — consumidora de R\$ 962 bilhões em 2015 ou 42% do gasto federal segundo a Auditoria Cidadã da Dívida.

"Temos de enfrentar um momento difícil, e estes três dias de discussão, atualização e aprendizado, com certeza, serviram para nos dar o embasamento necessário à construção das estratégias de luta da Central", destaca Antonio Neto.

Em defesa de um desenvolvimento econômico aliado à justiça social, temas como segurança à representação sindical, importância do Estado e Justiça do Trabalho também são pontos presentes no texto e discutidos ao longo das reuniões e palestras do evento (leia a íntegra do documento com as resoluções da CSB na página 5 e as matérias das palestras a partir da página 6).

CSB se prepara para a realização de Congressos Estaduais em 2017

Cronograma é parte da consolidação do plano de mobilização e engajamento dos dirigentes em todo o Brasil

Como proposta de fortalecer as lutas das bases regionais da CSB em todo o território brasileiro, a partir do primeiro semestre de 2017 serão realizados Congressos Estaduais por todo o País. O objetivo da ação aprovada durante a Reunião da Executiva Nacional é estimular e organizar as atuações locais da Entidade e tornar os dirigentes sindicais de cada região mais preparados para os embates contra o patronato por meio de palestras e debates.

No centro das reuniões, estarão os principais temas do atual cenário político--econômico e do movimento sindical, como a redução da taxa básica de juros, salário-mínimo, aposentadoria e a relevância da representação trabalhista autônoma e independente.

A CSB já conta com quase 700 sindicatos filiados e é a Central que mais cresce no Brasil desde a sua fundação.





# contra retrocessos nos direitos

## Defender os direitos contra retrocessos e lutar pelo desenvolvimento econômico com justiça social

A Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) reafirma sua posição intransigente na defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários que assegurem o desenvolvimento econômico e social, bem como a qualidade de vida e dignidade do povo brasileiro.

O corte de direitos não promove a geração de empregos. Ao contrário, ele causa dificuldades econômicas, queda de arrecadação do Estado, além da diminuição do mercado interno, da qualidade de vida dos trabalhadores e o aumento da miséria e da fome.

Seguindo esta ideologia e sem abrir mão do diálogo e da negociação, a CSB conclama todos os seus sindicatos filiados e os trabalhadores brasileiros a empreenderem uma ampla campanha contra a aprovação de medidas que venham restringir direitos trabalhistas e previdenciários, a exemplo do estabelecimento da idade mínima para a aposentadoria, da sobreposição do acordado sobre o legislado e de quaisquer medidas que tenham o objetivo de prejudicar os trabalhadores.

O custo da mão de obra no Brasil é muito inferior ao praticado por outras economias. Dados apontam que o custo médio na Europa atualmente é de 27 euros por hora de trabalho, o que representa um custo médio de trabalho de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por mês no Brasil.

O Brasil se destaca entre a sétima e a oitava posições no ranking das maiores economias do mundo, mas na lista do custo médio da mão de obra aparecemos apenas em 33º lugar. Ou seja, o custo do trabalho não é o responsável por problemas de competitividade da economia. O problema do País é motivado pelo sistema da dívida pública, que retira recursos do Estado e do setor produtivo, pela política cambial que beneficia a importação em detrimento da indústria nacional e pela alta rotatividade do mercado de trabalho, baseada na demissão de trabalhadores para promover o achatamento dos salários.

Portanto, é imprescindível combatermos estas políticas e reafirmamos a defesa das bandeiras que sempre pautaram a nossa atuação:

- 1) Lutar contra a aprovação do projeto que busca estabelecer a prevalência do acordado sobre a Lei, criando mesa tripartite para negociar pontos específicos na legislação que possam ser aperfeiçoados;
- 2) Defender o Sistema de Seguridade Social, estabelecer medidas no sentido de ampliar as fontes de arrecadação, investir na gestão do sistema com vistas ao combate das fraudes, desvios e sonegação, cobrança e execução dos devedores, e agilidade para a concessão de benefícios;
- 3) Reduzir as taxas de juros para patamares que incentivem os investimentos produtivos e realizar a auditoria da dívida pública brasileira; 4) Lutar contra a aprovação do PLC 54 e da PEC 241, garantindo a valorização dos servidores públicos, o fortalecimento do Estado e a eficiência estatal;
- 5) Manter o processo de valorização do salário-mínimo no longo prazo até cumprir os preceitos constitucionais;
- 6) Intensificar políticas para aumentar a formalização do trabalho, como forma de elevar a participação do salário na renda nacional, coibindo a rotatividade da mão de obra de forma a evitar a redução dos salários;
- 7) Reorganizar a política tributária brasileira com vistas a promover o crescimento e a distribuição de renda, defendendo uma reforma tributária que institua a progressividade como princípio e amplie a tributação sobre a propriedade, lucros e ganhos de capital, de maneira a favorecer a produção frente aos ganhos financeiros;
- 8) Continuar a implantação do programa de construção de moradias populares (Minha Casa, Minha Vida), apoiar as ações de combate à corrupção e acelerar os acordos de leniência com as construtoras a fim de punir os diretores e preservar a atuação das empresas;
- 9) Combater a precarização do trabalho resultante da terceirização, aprovando projeto de lei que regulamente a prestação de serviços, assegurando direitos a mais de 14 milhões de trabalhadores que vivem sob este regime, estabelecendo a responsabilidade solidária e proibindo a terceirização da atividade-fim e na administração pública direta, indireta e autarquias;
- 10) Regulamentar a Convenção 151 da OIT, assegurando direito à negociação coletiva aos servidores públicos, assegurando o Direito de Greve e defendendo a contribuição sindical compulsória;
- 11) Manter contínua a luta no sentido de melhorar as condições e ambientes de trabalho para evitar os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais;
- 12) Fortalecer o papel dos bancos públicos, empresas públicas e fundos de pensão no financiamento de políticas de desenvolvimento;
- 13) Fomentar, garantir e consolidar uma nova concepção de segurança pública como direito fundamental, promovendo reformas estruturais no modelo organizacional da segurança pública nos três níveis de governo, priorizando o fortalecimento e a execução do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e promovendo a desmilitarização das polícias;
- 14) Garantir o direito de representação sindical por local de trabalho com estabilidade; revogar o dispositivo da Emenda 45, que obriga a anuência prévia entre as partes para fins de instauração de dissídio coletivo, abolir o Precedente 119 e garantir o direito irrestrito de greve, principalmente aos servidores públicos.

Central dos Sindicatos Brasileiros Brasília, 10 de setembro de 2016





































# "Não há hipótese de mexer no FGTS, 13°, férias e jornada de trabalho", diz ministro

José Avelino Pereira, vice-presidente, Alvaro Egea, secretário-geral, e o presidente Antonio Neto entregam a Ronaldo Nogueira busto de Getúlio Vargas

# Ronaldo Nogueira afirma que o Brasil está unido pelo desenvolvimento econômico da Nação e contra o retrocesso trabalhista e previdenciário; CSB apoia o diálogo

Disposto a abrir ainda mais o diálogo com os trabalhadores, o ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira reuniu-se com os dirigentes da CSB para debater um dos assuntos mais urgentes do País: a defesa das leis trabalhistas. Recebido, em um momento simbólico, com a entrega do busto de Getúlio Vargas, Nogueira aproveitou a oportunidade para assegurar que a CLT, criada pelo presidente, não será rasgada como sugerem as pressões do setor financeiro.

Contrário aos interesses dos banqueiros em obstruir as vias para um consenso, o ministro declarou durante o encontro que

"o governo está aberto ao diálogo" e que existe "um objetivo em comum, que é retomar o crescimento econômico e combater o desemprego".

"Aqueles que apostam na retirada de direitos irão perder. Não há hipótese de mexermos no FGTS, no 13º, de fatiar as férias e a jornada semanal. Esses direitos serão consolidados", reiterou Nogueira. A CSB, em apoio ao debate transparente, justo e irrestrito junto à sociedade, divulgou uma nota em solidariedade ao ministro, que foi chamado de "fraco" por executivos do setor financeiro. No texto, a Entidade reforçou sua posição a favor

dos Grupos de Trabalho criados pelo Ministério e na defesa dos direitos do povo brasileiro.

"O ministro, seguindo a coerência e firmeza apresentadas em toda a sua trajetória política, tem buscado o diálogo e a negociação [...] no sentido de encontrarmos consensos em medidas que efetivamente sejam benéficas para o País", reitera a nota.

A Central ainda reafirma o compromisso de mobilizar seus sindicatos "para impedir a retirada de todo e qualquer direto trabalhista e previdenciário que seja fundamental e inegociável".

# Clemente Ganz Lúcio destaca a importância do Estado no desenvolvimento econômico

Diretor técnico do Dieese abordou a necessidade de se concentrar os gastos públicos nas políticas sociais e criticou a sanha do rentismo

Clemente Ganz Lúcio apresentou a participação do movimento sindical diante do atual cenário político e econômico do País. O sociólogo e diretor técnico do Dieese afirmou que a receita do Estado advém da produção econômica e que não é dada a devida atenção ao gasto público como motor fundamental para o desenvolvimento.

O sociólogo defendeu a importância do gasto social, que do ponto de vista econômico tem uma importância fundamental. "O gasto público na área social gera crescimento no PIB. [...] Tem um efeito multiplicador do crescimento muito grande, porque gera demanda e serviços como saúde, educação", destacou o especialista, reforçando que quando o Estado paga os juros da dívida ao invés de investir em saúde e educação, ele esteriliza o gasto.

Ganz Lúcio reflete que "não será com uma política de transferência de renda por meio do rentismo" que o Brasil seguirá na rota do crescimento, porque o sistema financeiro "esteriliza e inviabiliza o nosso desenvolvimento".

"Não há nenhuma chance de termos uma economia desenvolvida se nós não tivermos um Estado com capacidade de atuar na mobilização, articulação e fomento do desenvolvimento econômico e investimento social. O investimento privado só vem se o Estado for o mobilizador e garantidor da atividade e da demanda econômica a médio e longo prazo", sentenciou o palestrante. Para o especialista, o papel do movimento sindical cresce e se torna fundamental como agente de transformação desta realidade.



Sociólogo destacou a importância do gasto público para a economia







# Procurador do Trabalho da 1ª Região defendeu o protagonismo do movimento sindical, a aproximação com o Ministério Público e criticou o sistema capitalista

Com o objetivo de debater a importância do Ministério Público para a atividade sindical, o Procurador do Trabalho da 1ª Região Luís Antônio Camargo de Melo elogiou o protagonismo das centrais no movimento sindical brasileiro e defendeu a aproximação das entidades com o Ministério Público.

"Não há avanço sem a participação decisiva das centrais sindicais. A formação da central sindical brasileira é o que pode fazer a

diferença – pela amplitude, pela projeção nacional, pela horizontalidade e pela perspectiva de intervenção política e ideológica", afirmou.

O especialista reafirmou a necessidade de discussão acerca do ambiente profissional e criticou o sistema capitalista de produção. Esse ritmo, aliado a um ambiente precário, interfere diretamente na saúde e no bem--estar dos trabalhadores.

"Nós ainda não conseguimos impedir esse processo de trituração. O que nós temos hoje é uma máquina de moer gente – o trabalhador é adoecido pelo sistema de produção", criticou o procurador.

#### FORTALECIMENTO DAS ENTIDADES

Luís Antônio Camargo de Melo deixou clara a insatisfação com a atual normatização da contribuição assistencial – regida pelo Precedente 119. Considerado um entrave para

o desenvolvimento e crescimento dos sindicatos, o procurador reafirmou a intenção de uma articulação que suprima ou altere o Precedente.

O acordado sob o legislado — que coloca acordos e negociações coletivas acima do que preveem as leis trabalhistas – foi amplamente debatido. Para Melo, o atual momento brasileiro favorece os empresários e prejudica os trabalhadores.

### "Não podemos admitir que a CLT seja rasgada", afirma coordenador da CONALIS

#### João Carlos Teixeira ratificou a importância do Direito do Trabalho e a atuação do movimento sindical na defesa dos trabalhadores

Abordando o Direito do Trabalho e a importância do movimento sindical na proteção dos trabalhadores e das leis trabalhistas, João Carlos Teixeira, coordenador Nacional da CONALIS, manifestou preocupação com a precarização total das relações de trabalho. Segundo o palestrante, as forças do capital sempre se aproveitam de momentos de crise política para colocar suas "reivindicações".

Para o procurador, a atuação do Direito do Trabalho foi fundamental para proteger os trabalhadores das ações predatórias do capital. "A Constituição valoriza

de maneira igual todo e qualquer trabalho. Os direitos são assegurados a todo e qualquer trabalhador. Não podemos admitir que a CLT seja rasgada", aconselhou o especialista, reforçando que os sindicalistas precisam atuar com o Direito do

O representante da CONALIS é categórico: "O papel do sindicato é fundamental na exigência do cumprimento da legislação do trabalho. A instituição sindical tem que ser preservada, protegida. Ela faz parte da democracia. Não existe democracia sem sindicato", finalizou.



Teixeira defendeu a CLT como proteção inequívoca dos trabalhadores



# "O mundo não suporta mais o sistema de hegemonia colonial", diz Lorenzo Carrasco

# Jornalista mexicano e o advogado Gáudio Ribeiro de Paula debateram questões econômicas no cenário internacional e os desafios do movimento sindical

Lorenzo Carrasco Bazúa e Gáudio Ribeiro de Paula, especialista em Direito Comparado, fizeram uma ampla avaliação do cenário internacional, abordando principalmente questões econômicas, trabalhistas e sindicais. A visão do jornalista mexicano é a de que o sistema econômico mundial precisa de uma mudança brusca que possa quebrar o ciclo vicioso que alimenta o rentismo e a especulação financeira.

"Estamos em um processo de retrocessos de direitos trabalhistas e nos valores básicos dos direitos humanos. É o que o Papa

chamou de economia do descarte. Temos visto a injustiça e a desigualdade crescendo no sistema mundial", afirma Carrasco.

Ao falar sobre os reflexos do modelo atual de especulação financeira e rentismo existente no mundo, o jornalista mexicano lembrou que as maiores vítimas são os próprios trabalhadores.

"Se continuarmos na lógica da globalização, todo o aumento de produtividade vai para o rentismo e para a especulação, e vamos ter cada vez mais uma economia de descarte", disse Lorenzo Carrasco.

Ele citou a importância de que as entidades de defesa dos trabalhadores sigam em sua luta de questionamento do sistema da dívida pública, que é responsável por redirecionar para o sistema financeiro boa parte do capital que poderia ser investido em melhorias sociais para a população.

#### REALIDADE EUROPEIA

Gáudio Ribeiro de Paula afirmou que o movimento sindical europeu enfrenta atualmente um grande desafio. Os dados apresentados por ele mostraram que, em-

bora alguns países do continente tenham registrado recuo nas taxas de trabalhadores sindicalizados nos últimos anos, há experiências de sucesso, como é o caso de Suécia, Noruega e Finlândia.

Na Suécia, onde a taxa de sindicalização chega a 67%, o desempenho é resultado de uma atuação eficiente na conciliação de conflitos e na colaboração entre entidades sindicais e trabalhadores. "O sucesso das entidades sindicais nórdicas está no equilíbrio entre conflituosidade e operação", explicou Gáudio

### Sistema de acompanhamento de projetos otimiza atuação da CSB no Congresso Nacional

#### Programa permite que os dirigentes atuem em tempo real junto às propostas em tramitação na Câmara e no Senado, além das proposições do Executivo

O cientista político Alberto Carlos Almeida cionário no Brasil, um trabalho de inteligência. dos Sindicatos Brasileiros como pioneira. O dos trabalhadores", afirma o cientista político. sistema permite o acesso aos indicadores dos projetos que tramitam na Câmara e no Senado, acompanha as proposições do Executivo, além de disponibilizar dados como autoria, ementa, situação e último andamento. A CSB trabalhará com este instrumento com o objetivo de fortalecer a atuação de seus dirigentes em defesa da classe operária.

"Descobrindo quais proposições precisam andar, estamos fazendo um trabalho revolu-

apresentou uma ferramenta que terá a Central Essas decisões interferem diretamente na vida

No Brasil, a CSB é a primeira – e única – central sindical a oferecer o serviço a seus dirigentes. "Contratamos esse programa de acompanhamento, otimização e melhoria da ação parlamentar da CSB e de mapeamento dos deputados e dos projetos de lei para melhorar nossos processos de ação no Congresso Nacional. Isso nos ajudará e muito nas lutas que temos pela frente na Casa", explica



Programa apresentado por Almeida vai facilitar as atividades dos dirigentes da CSB







# "O custo do trabalho não é o responsável por problemas de competitividade da economia", diz ministro do TST

#### Maurício Godinho Delgado criticou também as mudanças propostas na legislação trabalhista

Maurício Godinho Delgado desconstruiu o argumento amplamente utilizado por setores da indústria e do segmento financeiro de que o custo da mão de obra é o principal responsável pelos problemas de competitividade da economia brasileira. O magistrado também criticou a possibilidade de mudanças na legislação trabalhista que possam retirar direitos da classe laboral.

Apresentando números e comparações com outros países, Godinho destacou que

o custo da mão de obra no Brasil é muito inferior ao praticado por outras economias de mercado, como a do continente europeu. Ele destacou que, ao longo dos anos, os principais países da Europa tiveram um amplo sucesso do ponto de vista capitalista sem precisar diminuir as condições de trabalho.

Segundo dados apresentados pelo ministro, o custo trabalhista médio na Europa

atualmente é de 27 euros por hora de trabalho, o que representaria de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por mês no Brasil.

O juiz destacou ainda que, enquanto o Brasil se destaca entre a sétima e a oitava posições no ranking das maiores economias do mundo, na lista do custo médio da mão de obra o País aparece apenas em 30º lugar. "O trabalho não é o responsável por problemas da competitividade da econo-

mia brasileira, isso está muito longe de ser verdade", sentenciou.

Ao falar da reforma trabalhista, o ministro do TST, entre outros pontos, lembrou de um documento divulgado em junho e assinado por 77% dos ministros do Tribunal, que se posicionou contra a desconstrução do Direito do Trabalho no Brasil (leia matéria sobre o documento dos magistrados na página 10).

# "Estamos enfrentando um tsunami que quer acabar com a Justiça do Trabalho", diz desembargador

#### Mário Macedo Fernandes Caron criticou também o rentismo e sua busca exclusiva pelo lucro; especialista propôs a união dos trabalhadores

Mário Macedo Fernandes Caron, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, fez uma defesa ferrenha da Justiça do Trabalho e da legislação que protege os direitos da classe laboral. O jurista também fez críticas ao rentismo e à especulação financeira, que interferem na distribuição social do capital.

"Eu já denunciei e repito: estamos enfrentando um novo tsunami para acabar com o Direito do Trabalho e a Justiça do Trabalho", afirmou.

Caron apontou que a busca do lucro, pura e exclusivamente, não colabora para o desenvolvimento social. "O empresário tem que pensar em sua empresa com o valor social que ela pode trazer para a sociedade. Se ela não tiver esse objetivo, não pode existir como livre iniciativa. É a nossa Constituição que diz: os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa", salientou.

#### ARTICULAÇÃO SINDICAL

Diante do cenário atual de possibilidade de retrocessos trabalhistas e perda de direitos, o jurista alertou os dirigentes da CSB que o momento é de união.

"O Brasil, para ter justiça social, só tem um caminho: é a luta dos senhores trabalhadores. Não acreditem em mim, eu faço parte de uma elite privilegiada. Acreditem em vocês, na força que vocês têm", ressaltou Mário Caron.

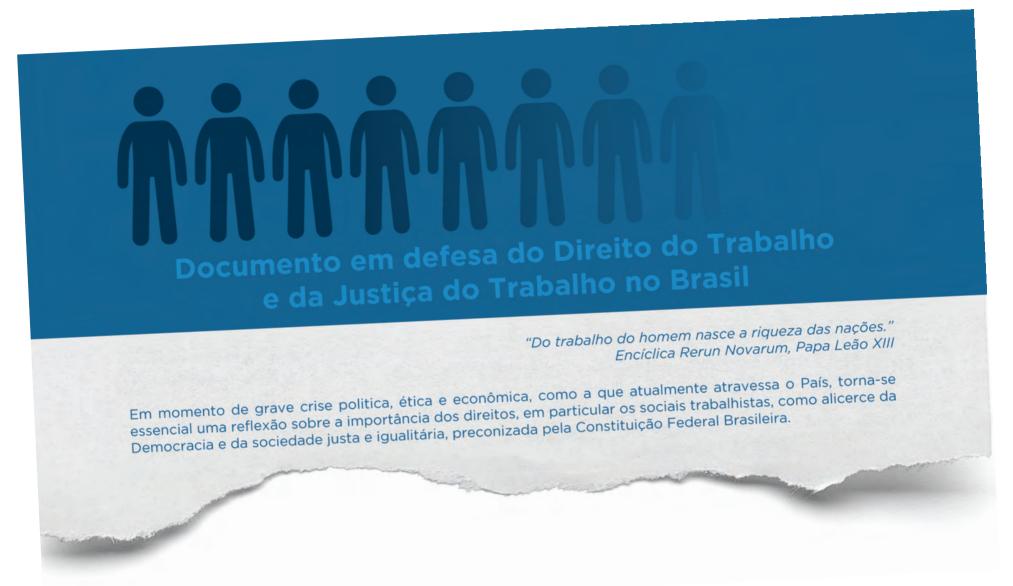


Mário Caron convocou o movimento sindical a se unir contra os retrocessos e pela justiça social

# Comprometida com os direitos.



# Ministros do TST e juízes assinam texto contra o desmonte da Justiça do Trabalho



#### Documento teve mais de 1.800 adesões entre magistrados, procuradores e advogados, e critica a retirada de direitos

A possibilidade de que a reforma trabalhista que está em discussão no País ocasione também o desmantelamento do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho foi alvo de duras críticas por parte de um número expressivo de juízes, procuradores e advogados, incluindo ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Intitulado "Documento em Defesa do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho no Brasil", o texto foi elaborado e assinado por 20 ministros da mais alta Corte trabalhista do País. Até o fim de julho, quando foi divulgado o último balanço pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), mais de 1.800 autoridades já haviam assinado o documento.

No texto, os signatários destacam que o Direito do Trabalho no Brasil guarda uma inseparável vinculação com os direitos fundamentais, sendo também um forte instrumento de inclusão social e dignidade do cidadão. Já a Justiça do Trabalho, por sua vez, é reconhecida por sua atuação célere, moderna e efetiva, ressaltam os autores.

O documento lembra que, embora o Brasil tenha avançado nos últimos anos, com o surgimento de grandes indústrias, instituições financeiras de porte internacional e tecnologias avançadas que modernizaram as relações de trabalho, ainda existem "formas inaceitáveis de degradação e exploração".

O texto cita, por exemplo, o resgate de quase 50 mil trabalhadores em situação análoga à de escravos nos últimos 20 anos, além

#### DESCONSTRUÇÃO DE DIREITOS

Em uma menção direta ao movimento crescente que visa à retirada de avanços trabalhistas no País, o documento relata que "muitos aproveitam a fragilidade em que são jogados os trabalhadores em tempos de crise para desconstituir direitos,

"MUITOS APROVEITAM A FRAGILIDADE EM QUE SÃO JOGADOS OS TRABALHADORES EM TEMPOS DE CRISE PARA DESCONSTITUIR DIREITOS, DESREGULAMENTAR A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, POSSIBILITAR A DISPENSA EM MASSA, REDUZIR BENEFÍCIOS SOCIAIS, TERCEIRIZAR E MITIGAR A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS."

de mais de 3,3 milhões de crianças subjugadas pelo trabalho infantil. "O Brasil é o quarto País do mundo em acidentes fatais de trabalho e, todos os anos, mais de 700 mil acidentes vitimam nossos trabalhadores, criando uma legião de mutilados que têm na Justiça do Trabalho o único caminho para o reconhecimento de seus direitos", salienta o material.

desregulamentar a legislação trabalhista, possibilitar a dispensa em massa, reduzir benefícios sociais, terceirizar e mitigar a responsabilidade social das empresas".

Afirma ainda que, "por desconhecimento ou outros interesses", esses mesmos setores da sociedade que buscam desconstruir a Justiça do Trabalho "usam a

negociação entre sindicatos, empresas e empregados com o objetivo de precarizar o trabalho, seu sentido primordial e internacionalmente reconhecido, consagrado no caput do artigo 7º da Constituição da República, que é o de ampliar e melhorar as condições de trabalho".

Para mostrar o quão nefasta a desconstrução do Direito do Trabalho será para o País, o texto também busca esclarecer a sociedade sobre os aspectos negativos que poderão ser causados. Do lado econômico, por exemplo, haverá a diminuição de valores monetários circulantes e menos consumidores para adquirir os produtos oferecidos pelas empresas, na avaliação dos magistrados que assinaram o documento.

São citados ainda reflexos negativos do ponto de vista social (aumento da precarização e pauperização) e previdenciário (agravamento do déficit da Previdência pela expressiva redução das contribuições), entre outros. "O papel da Justiça do Trabalho, por sua vez, ganha relevância nos momentos de crise em que a efetivação dos direitos de caráter alimentar é premente e inadiável. Uma coisa é falar de trabalho decente, outra coisa é garanti-lo em cada município e região do nosso País", completa.



### Na luta pelos aposentados.

# ANFIP desconstrói mito do déficit da Previdência



### Auditores fiscais divulgam cartilha que contrapõe discurso da reforma previdenciária

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP) publicou em agosto a cartilha "Desmitificando o Déficit da Previdência" e "Proposta para uma previdência Social Pública, Justa e Solidária". O material foi apresentado na Câmara dos Deputados durante sessão da Comissão de Seguridade Social e Família e envolveu parlamentares e membros da sociedade civil.

O documento elaborado pela ANFIP faz parte das ações da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, relançada em 2016 no Senado. A bancada suprapartidária de senadores e deputados federais pretende atuar em defesa da manutenção dos direitos sociais, da gestão transparente da Seguridade Social e do equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social pública e solidária. A Frente tem realizado audiências públicas em todo o Brasil para debater com a sociedade as possíveis soluções para os problemas da Previdência Social. (Confira a agenda da Frente em http://www.frenteparlamentardaprevidencia.org/)

A cartilha apresenta dados que contestam o déficit da Previdência usado há anos como argumento para a reforma e privatização. A ANFIP classificou como fraude os dados apresentados pelo governo sobre a Previdência. Enquanto o governo sustenta a existência de um rombo de R\$ 146 bilhões, os especialistas afirmam que, em 2014, por exemplo, há superávit de R\$ 53 bilhões.

Segundo a ANFIP, os governos, ao longo dos anos, têm apresentado cálculo de déficit porque consideram apenas parte das contribuições sociais, incluindo somente a arrecadação previdenciária direta urbana e rural, excluindo outras fontes importantes, como o Cofins, o Pis-Pasep, Contribuição Social sobre o Lucro, entre outras, além de ignorar as renúncias fiscais.

A Constituição Federal não isola a Previdência dos demais elementos da Seguridade Social, composta também pela

saúde e assistência social. De acordo com o documento divulgado, os defensores do déficit alegam que o rombo da Previdência atingiu R\$ 85,8 bilhões em 2015, porém esquecem, propositalmente, de considerar todas as receitas da Seguridade Social e de excluir as renúncias, isenções e desonerações fiscais, valores indevidamente extraídos do caixa da Seguridade para serem utilizados em outras atividades do governo. Nos números que sustentam a ideia do déficit, os defensores da reforma previdenciária também se esquecem de contabilizar os valores desviados pelo mecanismo da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

A Seguridade Social obtém superávits todos os anos. Veja a tabela com números da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil:

Ano	Superávit (bilhões)
2008	63.213
2010	53.828
2012	82.690
2013	76.241
2014	53.892

Outro dado desmistificado pela ANFIP é o de que o maior gasto do orçamento federal seja com a Previdência. O governo gasta atualmente 22% do orçamento da União com gastos previdenciários. Em contrapartida, desembolsa 44% do orçamento com pagamentos dos juros da dívida pública, segundo dados da instituição.

#### DIFERENTES REGRAS ENTRE HOMENS E MULHERES

Entre os muitos pontos defendidos na reforma previdenciária apresentada pelos governos, está o aumento da idade mínima para aposentadoria e a exigência do mesmo tempo de contribuição e idade entre homens e mulheres. A ANFIP defende que é importante que sejam respeitadas as diferenças biológicas e socioculturais entre os gêneros, que se refletem no mercado de trabalho, na estrutura familiar e no nível de escolaridade. As leis brasileiras dos regimes previdenciários públicos instituíram uma diferenciação na aposentadoria da mulher e do homem, concedendo uma redução de cinco anos tanto na aposentadoria por tempo de contribuição, quanto na aposentadoria por idade. Como fundamento, a entidade apresenta estudos que comprovam que a mulher, além da natural dupla jornada de trabalho, ainda está inserida no mercado em ocupações mais precárias, com maior informalidade, menor remuneração, maior rotatividade, entre outros aspectos. Estas características se refletem ao longo da vida laboral da mulher trabalhadora e em sua qualidade de vida, seja em seu período produtivo, seja em período de inatividade.

#### **IDADE MÍNIMA**

A criação de uma idade mínima para aposentadoria criaria uma disparidade social maior do que a que já existe no Brasil. O documento da ANFIP mostra que as desigualdades sociais e regionais são imensas e que a criação de uma idade mínima prejudicaria àqueles que vêm de famílias de menor renda e que começam a trabalhar mais cedo. A provável consequência dessa medida seria o retardamento na entrada no mercado de trabalho pelos mais jovens, ou seja, na prática, o Estado também irá arrecadar menos, já que provavelmente a opção da população será pela aposentadoria por idade e não por tempo de contribuição.



# Centrais e CONALIS debatem agenda positiva para o movimento sindical



#### Dirigentes defendem o combate às práticas antissindicais e à demissão em massa, além da defesa do direito de greve

As centrais sindicais se reuniram em agosto com a Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (CONALIS) do Ministério Público do Trabalho (MPT) com o propósito de criar uma agenda positiva para fortalecer o movimento sindical brasileiro e combater as práticas antissindicais. O encontro aconteceu na sede do Dieese, em São Paulo.

Compareceram ao encontro sindicalistas e advogados. "Devemos ser parceiros nas dificuldades que estão por vir. Existe um movimento de retirada de direitos e enfraquecimento dos sindicatos. A união entre o MPT e as centrais é fundamental para a defesa dos trabalhadores", avaliou o coordenador nacional da CONALIS, João Carlos Teixeira, em reunião com representantes das cinco principais centrais sindicais brasileiras.

Foram aprovados por unanimidade os enunciados da agenda positiva que será elaborada pelas centrais sindicais e pelo MPT. Dentro das diretrizes apresentadas estão o combate às práticas antissindicais, defesa do direito de greve, combate à demissão em massa e a educação sindical.

Outro ponto debatido foi o Precedente Normativo 119 do Tribunal Superior do Trabalho. A jurisprudência impede que os sindicatos financiem suas atividades por meio de contribuição confederativa ou assistencial paga pelos trabalhadores. A restrição estabelece que a contribuição só é devida pelos associados das entidades sindicais.

Segundo Antonio Neto, que esteve no encontro, discutir o financiamento sindical é fundamental para a defesa dos trabalhadores. "O imposto sindical é o que garante a autonomia dos sindicatos", afirmou o presidente da CSB ao lembrar que o ataque à estrutura sindical tem sido contínuo.

Segundo Alvaro Egea, secretário-geral da CSB, a proposta de criação de uma agenda positiva é muito importante e representa a consolidação do bom relacionamento entre o movimento sindical e o MPT. "Temos que nos unir e defender o movimento sindical. Por isso, firmamos um posicionamento em cima das diretrizes apresentadas nesta reunião. Sem os sindicatos, os trabalhadores ficam expostos aos desmandos dos empresários", disse o dirigente, que também participou da reunião.

O vice-coordenador da CONALIS, Renan Bernardi Kalil, afirmou que o MPT está buscando uma parceria para que seja possível no futuro elaborar uma norma que combata as práticas antissindicais como um todo. "Queremos garantir a autonomia sindical por meio do imposto sindical, garantir o direito de greve e permitir a liberdade de associação dos trabalhadores aos sindicatos", afirmou Kalil.

"TEMOS QUE NOS UNIR E
DEFENDER O MOVIMENTO
SINDICAL. POR ISSO, FIRMAMOS
UM POSICIONAMENTO EM CIMA
DAS DIRETRIZES APRESENTADAS
NESTA REUNIÃO. SEM OS
SINDICATOS, OS TRABALHADORES
FICAM EXPOSTOS AOS
DESMANDOS DOS EMPRESÁRIOS."

ALVARO EGEA





# CSB amplia ações em defesa da saúde financeira das entidades sindicais

## Central tem lutado contra questões negativas para o setor, como o Precedente 119 do TST e a cobrança de boletos para o recolhimento de contribuições dos trabalhadores

Para que possam exercer de forma democrática, independente e representativa o seu papel de defesa do trabalhador, as instituições sindicais precisam se manter saudáveis do ponto de vista econômico e financeiro. Nos últimos anos, o movimento sindical vem sofrendo ataques dos mais diversos segmentos do Estado e até mesmo de órgãos de comunicação que se posicionam de forma contrária às fontes de financiamento que asseguram o fortalecimento das entidades, como a contribuição sindical e assistencial.

Essa campanha midiática interessa apenas ao setor patronal e a segmentos da sociedade, como parcelas da indústria e dos bancos. O objetivo claro é enfraquecer a estrutura das entidades sindicais para que, com isso, a luta dos trabalhadores também seja fragilizada, abrindo espaço para a retirada de direitos trabalhistas que foram conquistados com muita luta ao longo dos anos.

Diante desse cenário, a CSB tem se empenhado para defender as entidades filiadas e, de forma geral, todo o movimento sindical, ampliando a sua luta na proteção da sustentação financeira do setor. Um dos focos de atuação da Central envolve o Precedente 119, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que trata da cobrança de contribuição assistencial a trabalhadores não sindicalizados beneficiados em acordos e convenções coletivas negociados pelos sindicatos.

Por uma interpretação incorreta, o Precedente 119 tem sido utilizado de maneira equivocada por alguns representantes do Ministério Público do Trabalho, prejudicando a estrutura sindical brasileira. A CSB vem trabalhando junto aos ministros do TST e em debates com integrantes do Ministério Público com o objetivo de cessar os efeitos dessa normativa.

#### **AUTÔNOMOS E LIBERAIS**

Em outras ações em defesa do movimento sindical, a CSB também enviou ao ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, documentos nos quais solicita mudanças em questões envolvendo trabalhadores autônomos e profissionais liberais. Os pedidos foram entregues ao ministro pessoalmente por representantes da Secretaria dos Profissionais Liberais da CSB durante a participação de Nogueira na reunião da Diretoria Executiva Nacional da Central, em Brasília, no início de setembro.

Os documentos tratam da atualização de contribuições pagas pelos autônomos e profissionais liberais, bem como da viabilização do acesso a cadastros destes trabalhadores por parte dos sindicatos que os representam.

#### TAXAS PROIBITIVAS

Outro ponto que causará impactos negativos à saúde financeira dos sindicatos envolve as alterações estabelecidas pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que prevê mudanças na forma de emissão de boletos para cobrança das guias de recolhimento sindical dos trabalhadores associados às entidades. A partir de janeiro de 2017, os bancos não estarão mais autorizados a receber boletos sem registro.

A maior diferença está na forma de reconhecimento da cobrança pelo banco. O boleto sem registro, utilizado atualmente, só é reconhecido quando é pago. No caso do boleto com registro, que passará a ser obrigatório, os bancos recebem um arquivo de remessa no momento em que o documento é gerado. Com isso, mesmo que o título não seja pago pelo trabalhador, o sindicato deverá efetuar o pagamento da taxa de geração do boleto.

A situação será ainda mais problemática para os sindicatos que representam autônomos ou profissionais liberais, pois muitas guias de recolhimento enviadas diretamente a esses trabalhadores não são pagas e, ainda assim, os boletos passarão a ser taxados pelos bancos. Essa mudança poderá inviabilizar a atuação desses sindicatos e, com isso, deixar categorias inteiras desprotegidas.

A CSB vai tomar medidas junto ao governo federal, ao Banco Central e ao Ministério do Trabalho para evitar esse tipo de taxação às entidades sindicais.

### Pela valorização dos servidores públicos.





# Mobilizações conquistam retirada de trechos do PLP 257 prejudiciais aos servidores

# Projeto aprovado na Câmara dos Deputados não compromete reajuste salarial dos funcionários públicos; luta da Central continua no Senado

Após meses de intensas mobilizações no Congresso Nacional, os servidores públicos da CSB conquistaram uma importante vitória, em agosto, com a retirada de trechos prejudiciais aos trabalhadores do texto do PLP 257/2016. Validado por 282 votos contra 140 no plenário da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar (atual Projeto de Lei da Câmara 54/2016, em tramitação no Senado) foi aprovado sem exigir o congelamento dos salários dos servidores por dois anos e nem a proibição de abertura de concursos.

A decisão foi tomada depois de o relator do Projeto, Esperidião Amin (PP/SC), entregar uma emenda substitutiva à apreciação dos parlamentares. Entre as ameaças ao sucateamento do Estado, presentes no documento original, também foram excluídas da nova versão: a elevação da contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, a redução de despesas com cargos de livre provimento, a limitação imposta à despesa primária total na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o contingenciamento para alcance de metas de superávit primário.

De acordo com o vice-presidente da CSB, Flávio Werneck, a conquista demonstra a força da união da classe trabalhadora com o movimento sindical. "A CSB foi participativa todos os dias. Tentamos passar aos deputados que o servidor não era o vilão das contas públicas. O que acontece é que mais de 40% do que o Brasil arrecada vai para instituições financeiras, bancos e banqueiros, enquanto o servidor tem menos de 2,5% do Orçamento da União", destaca Werneck.

Responsáveis por organizar a primeira manifestação nacional para barrar pontos negativos do Projeto de Lei, dirigentes da CSB ao lado de cerca de 2.260 servidores têm se mobilizado desde abril em prol da garantia de direitos constitucionais dos funcionários públicos das três esferas de poder.

Por meio de ações de panfletagem em aeroportos, atos nas ruas da capital federal, debates em audiências públicas na Câmara dos Deputados — além de articulação com parlamentares e presença constante nas galerias do plenário do Congresso —, a Central trabalha para evitar que seja sancionado "um prejuízo com potencial de perdurar por um período de dez anos", como avalia o vice-presidente da CSB, Leandro Allan.

"A proposta do jeito que estava causaria um prejuízo imensurável ao serviço público brasileiro", analisa Allan, corroborado pelo secretário de Organização e Mobilização da Central, Itamar Kunert: "A renegociação das dívidas dos estados e municípios é fundamental, mas os servidores não podem pagar pela má gestão do governo".

As alterações na forma de corrigir os débitos dos entes federados foi outra mudança feita pela emenda. Antes cobradas sob o sistema baseado nos juros compostos (juros sobre juros) — prática inconstitucional condenada pela Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal —, o novo texto propõe agora que a correção das dívidas seja feita segundo as normas da Lei Complementar 148/14, a qual prevê a aplicação da Taxa Selic (juros simples) ou do IPCA + 4% ao ano, o que for menor.

#### MOBILIZAÇÃO NACIONAL E LUTA CONTÍNUA

Mesmo depois das tentativas de repressão ao movimento sindical, perpetrada pela polícia legislativa, as ações cresceram e tomaram força com as caravanas vindas de várias partes do País para fortalecer a luta dos trabalhadores. Sob a liderança de membros da Diretoria Executiva e Direção Nacional, sindicatos e servidores do Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná também participaram das manifestações em Brasília — apoiadas por ações paralelas nos estados do Maranhão. Pernambuco. Rondônia e São Paulo.

"Estamos em luta não só na defesa dos funcionários públicos, mas no amparo da prestação dos serviços à sociedade. Um servidor com péssimas condições de trabalho não poderá oferecer um serviço de qualidade", defende o secretário dos Servidores Públicos, Jorge Nascimento, sobre as bandeiras e a mobilização da base da Central.

Já para Cosme Nogueira, secretário de Formação Sindical da CSB, "houve mudanças no Projeto, mas ele ainda é ruim". "Por isso, continuamos marcando presença. A CSB está sendo realmente a protagonista desse enfrentamento e vamos travar mais uma batalha no Senado", conclama.

A CSB permanece em todo o Brasil atenta à tramitação do agora PLC 54/2016 e também à Proposta de Emenda Constitucional 241/2016, que institui o Novo Regime Fiscal. A PEC estabelece um teto para o gasto público baseado na despesa do ano anterior, corrigida pela inflação. Este congelamento de gastos valerá por 20 anos e, na prática, financiará o pagamento da dívida pública.



### A Central das categorias diferenciadas.

# CSB terá festa própria de 1° de maio em 2017



#### Evento em homenagem ao Dia do Trabalhador será no Memorial da América Latina, no estado de São Paulo

A CSB terá em 2017, pela primeira vez, uma festa própria em comemoração ao Dia do Trabalhador em São Paulo, no 1º de maio. Para que a data se transforme em um importante dia de luta e confraternização, a Central já começou a organizar o evento, que ocorrerá na Praça Cívica do Memorial da América Latina, na Barra Funda.

"É um local simbólico, que já foi palco de importantes manifestações populares. Vamos preparar um grande ato, do tamanho que o trabalhador merece e que reflita também a rápida evolução que a CSB tem registrado", destacou o presidente Antonio Neto.

A Praça Cívica do Memorial da América Latina tem uma área livre de 12 mil metros quadrados que abrigará toda a

estrutura da festa. No local, serão realizados um ato ecumênico e um ato político-cultural, além de apresentações artísticas com cantores renomados durante todo o dia.

As atrações musicais serão anunciadas pela CSB em uma data mais próxima do evento. O certo é que a entrada será gratuita, sem a cobrança de ingressos, para que o ato seja o mais democrático possível. A estimativa é que 30 mil pessoas participem da festa, que também reunirá autoridades políticas e lideranças sindicais.

"Mais do que confraternizar e celebrar a importância do trabalhador para a sociedade, o 1º de Maio é um dia de reflexão sobre conquistas e desafios que ainda estão por vir. Sem dúvida, será um ato para dar ainda mais fôlego

à nossa luta diária em defesa de toda a classe operária", salientou Neto.

#### BANDEIRAS PRÓPRIAS

Nos últimos anos, a CSB comemorou o 1º de Maio, em São Paulo, com participações em festas organizadas por outras centrais sindicais. Em 2016, por exemplo, houve uma ampla presença de trabalhadores representados pela CSB no ato unificado que ocorreu na Praça Campo de Bagatelle, na zona norte da capital paulista.

Com o crescimento da Central, no entanto, é natural que seja organizada uma festa própria, que permitirá à CSB marcar o seu espaço e também dará visibilidade para as bandeiras que são defendidas pela Entidade.

# Curso de Formação Política e Sindical vai capacitar dirigentes da base

### Três turmas participarão das atividades de 6 a 11 de novembro, em São Paulo

A CSB realizará, entre 6 e 11 de novembro, um nômicos e Sindicalismo; Democracia, Liberdade curso de Formação Política e Sindical, com o objetivo de ampliar o nível de qualificação dos dirigentes dos sindicatos filiados. Nesta primeira etapa, serão três turmas com um total de 99

Os alunos se revezarão para que, ao final do período de cinco dias de aulas, todos tenham participado de três diferentes módulos. O primeiro deles incluirá aulas sobre Trabalhismo, Estrutura Sindical e História, com um conteúdo que abordará temas relacionados à formação do movimento sindical no Brasil e sua estruturação ao longo dos anos.

O segundo módulo, em parceria com o Centro de Formação Excola, será o de Capacitação Sindical, com aulas sobre Estatuto Sindical; Fatores Ecoe Função Sindicais; Organização Sindical Brasileira e Proteção de Dirigentes Sindicais. Por fim, o terceiro módulo será exclusivo para abordar a Contabilidade Sindical, apresentando noções sobre Custeio Sindical, Contabilidade Sindical, Administração Sindical e Estudo Jurisprudencial.

São assuntos que, embora façam parte do dia a dia de todos os sindicatos, nem sempre são de amplo conhecimento daqueles que atuam nas entidades. Com essa capacitação, a CSB pretende elevar o nível dos dirigentes, o que também causará reflexos positivos na representatividade dos trabalhadores.

O curso ocorrerá no Hotel Matiz, em Guarulhos (SP). As inscrições podem ser feitas através do



Livros de Formação Sindical da CSB que serão utilizados durante o curso



# I Encontro Nacional dos Movimentadores de Mercadorias debate a realidade dos trabalhadores

#### Questões sobre a Lei 12.023, que regulamenta as atividades da categoria, são o principal tema do evento

A Central dos Sindicatos Brasileiros realizará, nos dias 21 e 22 de novembro, o I Encontro Nacional dos Movimentadores de Mercadorias, que acontecerá em São Paulo, no Hotel Mercure zona norte. O evento irá tratar de pontos referentes à Lei 12.023/2009, que trata das atividades de movimentação e das condições dos trabalhadores avulsos da categoria. As inscrições devem ser feitas no site da CSB.

Teovaldo José Aparecido, presidente da Federação dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Minas Gerais (FETRAMOV/MG) e secretário dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias, afirma: "Vivemos um momento de instabilidade política e de recessão. Muitos trabalhadores estão retornando à informalidade, por esta razão temos que usar este evento para pensar em soluções para não permitir mais retrocessos".

Para o vice-presidente da CSB e presidente da Federação dos Movimentadores de São Paulo (Fetramesp), Alfredo Ferreira de Souza, um dos principais pontos do evento será a questão da contribuição sindical. "As entidades sindicais têm perdido muita receita devido ao momento econômico que o País tem enfrentado. Precisamos debater a segurança jurídica do financiamento dos sindicatos", explica Souza.

De acordo com o vice-presidente da CSB e diretor da Federação dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Goiás, Bahia e Tocantins, Sandro Jadir, o evento será muito importante para discutir os pontos divergentes da Lei 12.023. "Em sete anos, pudemos avaliar o que tem dado certo e o que não tem funcionado", diz.

Oneide de Paula, vice-presidente da CSB e presidente da Federação dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias de Santa Catarina (FETRAMMMASC), afirma que o encontro tem muita relevância para os movimentadores. Antonio Luiz

Roma Machado, presidente da Federação dos Trabalhadores da Movimentação de Mercadorias, Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais, Comércio Armazenador e Movimentação de Mercadorias em Geral do Estado do Rio Grande do Sul (FETRAMMERGS) e secretário da Cultura da CSB, também salienta a importância da conscientização do dirigente sindical para evitar o fim da categoria. "Esse encontro em São Paulo é muito importante porque irá trabalhar a conscientização do trabalhador quanto à importância da Lei 12.023".

Para José Lucas da Silva, presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral (Feintramag) e secretário de Finanças da CSB, os representantes dos movimentadores devem estar unidos para lutar pelo reconhecimento dos trabalhadores avulsos e também pela criação de Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) em todo o Brasil.

Segundo o 2º secretário-geral
da CSB e presidente da Federação
Nacional dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral, Auxiliares de Administração no Comércio de
Café em Geral e Auxiliares de Administração
de Armazéns Gerais (Fentramacag), Raimundo
Firmino dos Santos, "ter um evento organizado pela
CSB e que irá debater formas de aprimorar a Lei 12.023 é
um grande marco para a categoria".



# III Congresso dos Trabalhadores Rurais discute mudanças nos benefícios previdenciários

3º edição do evento acontecerá no dia 26 de outubro em Araçatuba, interior de São Paulo



reforma agrária, qualificação profissional, o enquadramento dos trabalhadores rurais no CNES (Cadastro Nacional de Entidades Sindicais dos trabalhadores rurais), segurança na saúde do trabalhador rural e fortalecimento da agricultura familiar.

Segundo Paulo Oyamada, 1º secretário dos Trabalhadores Rurais da CSB e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupã, o Congresso tem o papel político de debater e deliberar sobre os grandes temas desafiadores para a categoria e para o movimento sindical brasileiro.

A expectativa é que este evento aprofunde ainda mais os debates acerca da realidade dos trabalhadores. "No último ano aconteceram muitas mudanças na legislação. A categoria e sindicalistas precisam estar inteirados do atual cenário. É muito importante que todos os dirigentes dos

trabalhadores rurais filiados à CSB participem. A união e o conhecimento são fundamentais para defendermos os trabalhadores", ressalta o secretário.

#### Inscrições

As inscrições devem ser enviadas para o e-mail da federação, Fetragrosp, federacao@gmail.com, até o dia 15 de outubro. A ficha de inscrição pode ser encontrada abaixo da programação do evento, no site da CSB. Mais informações podem ser obtidas nos telefones (14) 3496-4685 / (14) 3496-4654, ambos do Sindicato dos Empregados Rurais de Tupã.